

SUMÁRIO

STJ00075489

CAPÍTULO 1 – O DIREITO ADMINISTRATIVO	1
1.1. Introdução	1
1.2. Os métodos de interpretação	2
1.2.1. O plano de expressão	3
a) O enunciado jurídico	3
b) O enunciado jurídico constitutivo	4
c) O enunciado jurídico prescriptivo	5
1.2.2. O plano do conteúdo	5
1.2.3. O plano normativo	6
a) As normas jurídicas	6
b) A estrutura formal	7
c) A disposição hierárquica	8
1.2.4. O plano repercussional	9
1.3. O sistema jurídico	9
1.3.1. O sistema jurídico nacional	10
1.3.2. O sistema administrativo positivo	10
1.4. O Direito Administrativo	11
1.5. O Direito Administrativo Positivo	13
1.6. O interesse público	14
 CAPÍTULO 2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	 17
2.1. O Estado brasileiro	17
2.2. A Administração Pública	19
2.2.1. A Administração Pública: sentido <i>objetivo</i> ou <i>substancial</i>	19
2.2.2. A Administração Pública: sentido <i>subjetivo</i> ou <i>formal</i>	22
2.2.3. A Administração Pública e a Constituição Federal	22
2.2.4. A Administração Pública direta e indireta	24
a) A concentração e a desconcentração	25
b) A descentralização e a centralização	26
2.2.5. O Direito Público e o Direito Privado	26
2.2.6. O regime jurídico da Administração Pública	27

CAPÍTULO 3 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA 29

3.1. Introdução 29

3.2. A Administração Pública Federal direta 29

 3.2.1. A Presidência da República 29

 a) O núcleo de poder 30

 b) Os órgãos de assessoramento imediato 31

 c) Os órgãos de consulta 32

 d) As assessorias especiais 33

 3.2.2. Os ministérios 33

 a) Os ministros 33

 b) Os ministérios no Brasil 34

 Os ministérios de natureza política 34

 Os ministérios de natureza econômica 35

 Os ministérios do segmento social 37

 Os ministérios do segmento segurança 38

3.3. A Administração Pública direta estadual 39

3.4. A Administração Pública direta distrital 41

3.5. A Administração Pública direta municipal 41

3.6. Quadro comparativo 41

CAPÍTULO 4 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA 43

4.1. Introdução 43

4.2. Entidades 43

4.3. Lei 44

4.4. Regime jurídico 44

4.5. Atividades 50

 4.5.1. O princípio da especialização 51

 4.5.2. O princípio da racionalização 51

 4.5.3. O princípio da despolitização 52

4.6. Patrimônio 52

4.7. Controle ou tutela 53

4.8. Autarquias 55

 4.8.1. Direito público 55

 4.8.2. Lei 55

 4.8.3. Personalidade jurídica, patrimônio e receitas 55

 4.8.4. Serviço autônomo 56

 4.8.5. Controle 56

 4.8.6. Atos dos dirigentes 56

4.8.7. Licitação e contratos	57
4.8.8. Prerrogativas judiciárias	57
4.8.9. Execuções contra as autarquias	57
4.8.10. Imunidade tributária	57
4.8.11. Autarquias especiais	58
a) Finanças públicas	58
b) Profissões regulamentadas	59
c) Autarquias universitárias	59
d) Agências reguladoras	61
Autonomia	61
Investidura dos dirigentes	62
Licitação diferenciada	62
4.8.12. Agências Reguladoras atuais	63
a) Plano federal	63
b) Plano estadual – Estado de São Paulo	65
4.8.13. Agências Executivas	65
4.9. Fundações públicas	66
4.9.1. Regime jurídico	66
4.9.2. Lei	69
4.9.3. Atividades	69
4.9.4. Patrimônio e receitas	70
4.9.5. Autonomia administrativa	70
4.9.6. Controle	70
4.9.7. Prerrogativas judiciárias	71
4.9.8. Imunidade tributária	71
4.10. Empresas públicas	71
4.10.1. Pessoa jurídica de Direito Privado	72
4.10.2. Controle societário	73
4.10.3. Lei	73
4.10.4. Atividades	73
4.10.5. Patrimônio, receitas e gastos	74
4.10.6. Controle interno, societário e externo	75
4.10.7. Licitação e contratos	76
4.10.8. Aspecto judiciário	76
4.11. Sociedade de economia mista	77
4.11.1. Pessoa jurídica de Direito Privado	77
4.11.2. Lei	78
4.11.3. Sociedade anônima	78

4.11.4. Controle	79
4.11.5. Atividades	80
4.11.6. Patrimônio, receitas e gastos	81
4.11.7. Controle interno, societário e externo	81
4.11.8. Licitação e contratos	82
4.11.9. Aspecto judiciário	83
CAPÍTULO 5 – AS ENTIDADES PARAESTATAIS	85
5.1. Introdução	85
5.2. Profissões regulamentadas	86
5.3. Universidades públicas	87
5.4. Fundações de apoio	87
5.5. Entidades privadas de previdência social	88
5.6. Os Serviços sociais autônomos (Sistema S)	90
5.7. O Terceiro Setor	91
5.7.1. As organizações sociais	91
5.7.2. As organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs	93
5.7.3. As associações e entidades filantrópicas	95
5.8. As entidades prestadoras de serviços públicos	95
5.8.1. Os concessionários	96
5.8.2. Os permissionários	97
5.8.3. Os autorizatários	97
5.9. As entidades usuárias de bens públicos	98
CAPÍTULO 6 – OS AGENTES PÚBLICOS	99
6.1. Introdução	99
6.2. Agentes públicos	100
6.2.1. Agentes políticos	100
6.2.2. Servidores públicos	100
a) Estatutários	100
b) Empregados	101
c) Temporários	101
6.2.3. Militares	102
6.2.4. Particulares colaboradores com a Administração Pública	103
6.3. Cargos ou empregos e funções	103
6.3.1. Cargos ou empregos	104
6.3.2. Funções	104
6.4. Prescrições constitucionais	104

6.4.1. Regime jurídico	105
6.4.2. Acesso	105
6.4.3. Ingresso	106
a) Cargo ou emprego público	106
b) Funções	107
c) Outras exceções constitucionais	108
Ministros do Tribunal de Contas	108
Desembargadores	108
Ministros do Supremo Tribunal Federal	109
Ministros do Superior Tribunal de Justiça	109
Tribunais Regionais Federais	109
Ministros do Tribunal Superior do Trabalho	109
Ministros do Tribunal Superior Eleitoral	110
Tribunal Regional Eleitoral	110
Ministros do Superior Tribunal Militar	110
6.4.4. Estipêndios	110
a) Remuneração ou vencimento	111
Fixação e alteração de remuneração e vencimentos	111
Paridade de vencimentos	111
Revisão de remuneração ou vencimento	112
b) Subsídio	112
Agentes públicos	113
Fixação e alteração dos subsídios	114
6.4.5. Disposições constitucionais aplicáveis às remunerações ou vencimentos e aos subsídios	116
6.4.6. Irredutibilidade de remuneração ou vencimento e de subsídio	118
6.4.7. Direito de greve	118
6.4.8. Direito à sindicalização	120
6.4.9. Acumulação de cargos	121
6.4.10. Estabilidade	122
a) Extinção do cargo ou desnecessidade (disponibilidade)	122
b) Perda do cargo	123
6.4.11. Exercício de mandato eletivo	124
6.4.12. Direitos sociais	124
6.4.13. Limites de despesas com pessoal	125
a) A expressão despesa total com pessoal	126
b) Período de apuração	126
c) Limites	126
d) Repartição dentro dos limites	127

e) Adaptações	127
f) Sanções	128
6.4.14. Provimento	129
a) Aspecto material	129
b) Aspecto temporal	130
c) Aspecto pessoal	130
6.4.15. Vacância	131
6.5. Aposentadoria	132
6.5.1. Regime geral da Previdência Social	132
6.5.2. Regime Previdenciário do Servidor	133
6.6. Deveres dos agentes públicos	135
6.7. Responsabilidades	136
6.7.1. Responsabilidade civil	136
6.7.2. Responsabilidade penal	138
a) Crimes praticados por funcionários contra a Administração Pública em geral	138
b) Crimes contra as finanças públicas	141
c) Crimes por abuso de autoridade	143
d) Crimes envolvendo licitação ou contratação	143
6.7.3. Responsabilidade político-administrativa	145
6.7.4. Responsabilidade administrativa ou funcional	148
a) Processo administrativo disciplinar	150
Comissões	150
b) Sindicância ou processo administrativo	150
Instauração	151
Instrução	151
Defesa	152
Relatório	152
Julgamento	152
6.7.5. Comunicabilidade de instâncias	153
a) Sentença penal condenatória	153
b) Sentença penal absolutória	153
Sentença penal absolutória com repercussões no processo administrativo	154
Sentença penal absolutória sem repercussões no processo administrativo	154
CAPÍTULO 7 – OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS NO DIREITO ADMINISTRATIVO	155
7.1. Princípios jurídicos	155
7.2. Princípios jurídicos constitucionais do Direito Administrativo	156
7.3. Princípio da segurança jurídica	157
7.4. Princípio da supremacia do interesse público sobre o privado	158

7.5. Princípio da indisponibilidade dos interesses públicos	160
7.6. Princípio da igualdade	161
7.7. Princípio da isonomia das pessoas constitucionais	164
7.8. Princípio confirmador do Direito de propriedade	165
7.9. Princípio da legalidade	168
7.10. Princípio da irretroatividade das leis	170
7.10.1. Direitos adquiridos	171
7.10.2. Ato jurídico perfeito	172
7.10.3. Coisa julgada	173
7.11. Princípio da finalidade	174
7.12. Princípio da razoabilidade	176
7.12.1. Função legislativa	177
a) Endonorma	178
b) Perinorma	179
c) Meios e fins na norma jurídica	180
7.12.2. Função administrativa	180
a) Relação entre a realidade e os valores	180
b) A qualificação do motivo	181
c) Seleção do conteúdo da premissa maior	181
d) Finalidade e a realidade	182
e) Fins e os meios	183
7.13. Princípio da proporcionalidade	183
7.14. Princípio da motivação	186
7.14.1. Fato jurídico	186
7.14.2. Fundamento jurídico	187
7.14.3. Peso e importância	188
7.15. Princípio da impessoalidade	189
7.16. Princípio da publicidade e transparência	191
7.17. Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional	194
7.18. Princípio do devido processo legal e da ampla defesa	196
7.18.1. Devido processo legal	196
7.18.2. Direito ao contraditório e à ampla defesa	197
7.19. Princípios da moralidade e da probidade administrativa	198
7.20. Princípio da eficiência	199
7.21. Princípios infraconstitucionais do Direito Administrativo	201

CAPÍTULO 8 – OS PODERES ADMINISTRATIVOS 203

8.1. Poder político e poder administrativo	203
8.2. Os poderes administrativos: aspecto da conduta	204

8.2.1. Poder vinculado	205
8.2.2. Poder discricionário	205
8.3. Os poderes administrativos: o aspecto substancial	206
8.3.1. Poder regulamentar	206
8.3.2. Poder normativo	207
8.3.3. Poder regulador	208
8.3.4. Poder hierárquico	208
a) Avocação	209
b) Delegação	209
8.3.5. Poder disciplinar	210
8.3.6. Poder de polícia	210
8.3.7. Poder interferente	211
CAPÍTULO 9 – O ATO ADMINISTRATIVO	213
9.1. Conceito	213
9.1.1. Manifestação	213
9.1.2. Estado ou delegados	214
9.1.3. Regime jurídico de Direito Público	214
9.1.4. Concretude de comandos previstos na lei ou regulamento	215
9.1.5. Administração Pública	216
9.2. Atos “não-administrativos”	216
9.2.1. Atos submetidos a outros regimes jurídicos	216
9.2.2. Atos substanciais ou materiais	217
9.2.3. Atos de governo ou políticos	217
9.3. Ato administrativo: validade, eficácia e vigência	217
9.4. Pressupostos do ato administrativo	218
9.4.1. Conteúdo ou objeto	218
9.4.2. Forma	219
a) Suporte físico	220
b) Designação	220
c) Comunicação	221
d) Procedimento	221
e) Motivação	221
9.4.3. Sujeito	222
9.4.4. Motivo	223
9.4.5. Finalidade	224
9.5. Silêncio ou omissão	225
9.5.1. Repercussões concretas estimuladoras da via judicial	226

9.5.2. Repercussões concretas vinculando a Administração Pública	226
9.5.3. Repercussões concretas atingindo o agente público	226
9.6. Características	227
9.6.1. Presunção de legitimidade	227
9.6.2. Imperatividade	227
9.6.3. Exigibilidade	228
9.7. Atos administrativos vinculados e discricionários	228
9.8. Atos administrativos: formas de expressão	230
9.8.1. Decreto	230
9.8.2. Instrução	231
9.8.3. Portaria	231
9.8.4. Circulares	232
9.8.5. Ordem de serviço	232
9.8.6. Avisos	232
9.8.7. Comunicados	233
9.8.8. Edital	233
9.8.9. Certidões	233
9.8.10. Regimento	233
9.8.11. Resolução	233
9.8.12. Parecer	234
9.8.13. Ofício	234
9.8.14. Despachos	234
9.8.15. Admissão	234
9.8.16. Concessão	235
9.8.17. Permissão	235
9.8.18. Autorização	235
9.8.19. Licença ou alvará	235
9.8.20. Homologação	235
9.9. Extinção dos atos administrativos	236
9.9.1. Revogação	236
a) Competência	237
b) Discricionariedade	237
c) Motivo	237
d) Efeitos	237
e) Indenização	238
9.9.2. Atos inválidos	238
a) Atos nulos	239
b) Atos anuláveis	239
c) Atos convalidáveis	240

CAPÍTULO 10 – O PROCESSO ADMINISTRATIVO	241
10.1. Conceito	241
10.2. Aspectos	242
10.2.1. O aspecto pessoal	242
10.2.2. A finalidade: a decisão	244
10.2.3. O motivo	245
10.2.4. Os efeitos	246
10.2.5. O competitivo	246
10.3. Espécies de processo administrativo	247
10.4. Princípios jurídicos relevantes para o processo administrativo	248
10.4.1 Os princípios constitucionais	248
a) O princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional	249
b) O princípio do contraditório	249
c) O princípio da ampla defesa	250
d) O princípio de devido processo legal	251
10.4.2. Os princípios jurídicos infraconstitucionais	252
a) O princípio da acessibilidade à informação	252
b) O princípio da ampla instrução	253
c) O princípio da verdade material	254
d) O princípio da revisibilidade	255
e) O princípio da oficialidade	256
f) O princípio do formalismo moderado	257
g) O princípio da legalidade objetiva	257
10.5. Procedimentos	258
10.6. Normas básicas do processo administrativo federal	259
10.6.1. Princípios	259
10.6.2. Direitos e deveres dos administrados	262
10.6.3. Os interessados	264
10.6.4. O tempo e o espaço no processo administrativo	264
10.6.5. Comunicação	265
10.6.6. Fases do processo	267
a) Formação do processo	267
b) A instrução	267
c) A decisão	269
d) O recurso	270
CAPÍTULO 11 – A LICITAÇÃO	273
11.1. Conceito	273
11.2. Plano constitucional	273

11.3. Plano legislativo	274
11.4. Princípios	275
11.4.1. Princípio da igualdade entre os licitantes	275
11.4.2. Princípio da vinculação ao instrumento convocatório	276
11.4.3. Princípio do julgamento objetivo	276
11.5. Modalidades	276
11.5.1. Concorrência	277
11.5.2. Tomada de preços	277
11.5.3. Convite	278
11.5.4. Concurso	278
11.5.5. Leilão	279
11.5.6. Pregão	280
11.5.7. Consulta	280
11.6. Registro de preços	280
11.7. Registro cadastral	281
11.8. Comissão de licitação	282
11.8.1. Pregoeiro e equipe de apoio	283
11.9. Empresas consorciadas	283
11.10. Hipóteses que admitem a não-realização de licitação	285
11.10.1. Dispensa de licitação	285
11.10.2. Licitação dispensável	286
11.10.3. Licitação inexigível	290
11.11. Obrigatoriedade da licitação	291
11.12. Tipos de licitação	291
11.12.1. Licitação de menor preço	291
11.12.2. Licitação de melhor técnica ou de melhor técnica e preço	291
11.12.3. Maior lance	292
11.13. Processo licitatório – fases	292
11.13.1. As fases na Lei nº 8.666/1993	292
a) Formação do processo administrativo	293
b) Audiência pública	293
c) Edital	294
d) Aviso	295
e) Documentos e propostas	296
f) Habilitação	296
Habilitação jurídica	297
Regularidade fiscal	297
Qualificação técnica	298

Qualificação econômico-financeira	298
Atendimento à disposição constitucional	299
g) Habilitação ou inabilitação de licitantes	300
h) Julgamento das propostas	300
i) Homologação	303
j) Adjudicação	303
11.12.2. As fases na Lei nº 10.520/2002 – O pregão	304
a) A formação do processo	304
b) O edital	304
c) Convocação	305
d) Propostas e ofertas	305
e) Ordenação das propostas	306
f) Habilitação	306
g) O vencedor	306
h) Adjudicação	306
i) Homologação	307
11.14. Anulação e revogação	307
11.15. Recursos administrativos	308
11.15.1. Impugnação	308
11.15.2. Recursos	308
a) Recurso, em sentido estrito	308
b) Representação	309
c) Pedido de reconsideração	309
11.15.3. Representação	309
11.16. Síntese comparativa	309
11.16.1. Objeto	310
11.16.2. Interessados	312
11.16.3. Forma de apresentação da proposta:	312
11.16.4. Prazo para entrega das propostas	313
11.16.5. Prazo para impugnação do edital	314
11.16.6. Prazo para recurso, no caso de habilitação ou inabilitação de licitante	314
11.16.7. Prazo para recurso, no caso de discordância do julgamento das propostas	315
11.16.8. Critérios de julgamento	315
CAPÍTULO 12 – OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	317
12.1. Plano constitucional	317
12.1.1. Competência legislferante	317
12.1.2. Contratação de obras, serviços, compras e alienações	317

12.1.3. Concessão e permissão de serviços públicos	318
12.1.4. Monopólio da União	318
12.1.5. Contrato de gestão	318
12.1.6. Consórcios públicos e convênios de cooperação	319
12.2. Plano infraconstitucional	319
12.3. Contratos Administrativos e Contratos da Administração Pública	320
12.4. Características peculiares do Contrato Administrativo	322
12.4.1. Presença da Administração Pública	322
12.4.2. Interesse público	323
12.4.3. Condições precedentes	323
a) Licitação	323
b) Recursos orçamentários (contratação onerosa)	324
12.4.4. Forma prescrita em lei	325
12.4.5. Cláusulas exorbitantes	325
a) Garantia	326
b) Alteração unilateral	326
c) Extinção unilateral	327
d) Fiscalização	328
e) Imposição de sanções	329
f) Anulação	330
g) <i>Exceptio non adimpleti contractus</i> peculiar	330
12.5. O conteúdo necessário do Contrato Administrativo	331
12.6. A forma do Contrato Administrativo	332
12.7. A duração do Contrato Administrativo	333
12.8. A celebração do Contrato Administrativo	334
12.9. A alteração do Contrato Administrativo	335
12.10. Responsabilidades no Contrato Administrativo	336
12.11. O recebimento do objeto do Contrato Administrativo	336
12.12. Rescisão amigável ou judicial do Contrato Administrativo	337
12.13. Contratos em espécie	338
12.13.1. Contrato de obra pública	339
12.13.2. Contrato de prestação de serviços	340
12.13.3. Contrato de gerenciamento	343
12.13.4. Contratos de Compra e Fornecimento	344
12.13.5. Convênio	346
12.13.6. Consórcio público	347
a) Protocolo de intenções	347
b) Contrato de consórcio público	348

c) Contrato de rateio	349
d) Contrato de programa	349
12.13.7. Contratos de gestão	350
a) Contrato de gestão e as organizações sociais	351
b) Notas peculiares do contrato de gestão	352
12.13.8. Contratos de parceria	353
12.13.9. Contratos de franquia	354
CAPÍTULO 13 – OS SERVIÇOS PÚBLICOS	357
13.1. Conceito e características	357
13.1.1. Exercício da atividade	357
13.1.2. Regime de Direito Público	357
a) Princípio da inafastabilidade da prestação	358
b) Princípio da contemporaneidade	358
c) Princípio da universalidade	358
d) Princípio da impessoalidade	358
e) Princípio da continuidade	358
f) Princípio da modicidade	359
g) Princípio da cortesia	359
13.1.3. Utilidades e comodidades	359
13.1.4. Valores coletivos	359
13.2. Competência	360
13.2.1. União	360
13.2.2. Estados	361
13.2.3. Municípios	361
13.2.4. Competência comum	361
13.3. Destinatários	362
13.3.1. Serviços gerais	362
13.3.2. Serviços individuais	363
13.4. Prestação dos serviços públicos – aspecto subjetivo	363
13.4.1. Administração Pública direta	363
13.4.2. Administração Pública indireta	363
13.4.3. Pessoas físicas e pessoas jurídicas	364
13.4.4. Entes federados	365
13.5. Serviços concedidos, permitidos e autorizados	365
13.6. Concessão e permissão	366
13.6.1. Forma de contratação	366
13.6.2. Cláusulas essenciais	367

13.6.3. Serviço adequado	368
13.6.4. Direitos e obrigações dos usuários	368
13.6.5. Política tarifária	369
13.6.6. Licitação	369
13.6.7. Contrato	371
a) Garantia	371
b) Alteração unilateral	372
c) Intervenção	372
d) Extinção unilateral	372
e) Fiscalização	373
f) Imposição de sanções	373
g) Anulação	374
h) <i>Exceptio non adimpleti contractus</i> peculiar	374
13.6.8. Responsabilidade	374
13.6.9. Contratação com terceiros	375
13.6.10. A transferência	375
13.6.11. Encargos do poder concedente	375
13.6.12. Encargos da concessionária	376
13.6.13. Intervenção	377
13.6.14. Extinção da concessão	378
a) Advento do termo contratual	378
b) Encampação	378
c) Caducidade	379
d) Rescisão	379
e) Falência, extinção, falecimento ou incapacidade	380
f) Anulação	380
13.6.15. Efeitos da extinção	380
13.7. Autorização	380
13.8. Quadro comparativo	381
13.9. A Parceria Público-Privada (PPP)	381
13.9.1. Espécies de concessões	382
a) A concessão patrocinada	382
b) A concessão administrativa	382
13.9.2. Restrições à parceria	383
13.9.3. Princípios e diretrizes	383
13.9.4. O contrato da Parceria Público-Privada	383
a) A contraprestação	386
b) As garantias	386

13.9.5. Sociedade de Propósito Específico – SPE 387

13.9.6. A licitação – concorrência 387

 a) Fase precedente ao processo licitatório 387

 b) O edital – as garantias jurídicas e econômicas 389

 c) Os critérios de julgamento 390

 d) As propostas 391

 e) A habilitação e o julgamento 391

13.9.7. A PPP e a União Federal 391

 a) O órgão gestor 392

 b) O Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas – FGP 393

 c) As garantias do FGP 394

 d) Os limites 395

13.9.8. Restrições adicionais a créditos e garantias 395

13.10. Gestão associada 396

 13.10.1. Convênio 396

 13.10.2. Consórcios públicos 398

 a) Objeto 399

 b) A expressão “consórcio público” 400

 c) A constituição do consórcio e os contratos instrumentais 400

 Protocolo de intenções 401

 A ratificação legal 402

 O contrato de consórcio público 402

 O contrato de rateio 403

 O contrato de programa 403

 d) O controle 404

 e) O Direito de retirada 405

 13.10.3. Contratos de gestão 406

 13.10.4. Parceria de cooperação 407

13.11. Franquia 408

CAPÍTULO 14 – OS BENS PÚBLICOS 409

14.1. Regime jurídico 409

14.2. Classificação 409

 14.2.1. Natureza jurídica 409

 14.2.2. Destinação 410

 14.2.3. Pessoal 411

14.3. Características 411

 14.3.1. Afetação e desafetação 412

14.3.2. Restrições à alienação de bens públicos	412
14.3.3. Bens não-usucapíveis	412
14.3.4. Penhora	412
14.3.5. Imunidade tributária	413
14.4. Formas de aquisição	414
14.4.1. Compra e venda	414
14.4.2. Doação	414
14.4.3. Dação em pagamento	415
14.4.4. Permuta	415
14.4.5. Usucapião	415
14.4.6. Sucessão	415
14.4.7. Desapropriação	416
14.4.8. Desapropriação indireta	416
14.4.9. Obra pública	416
14.4.10. Loteamento	416
14.4.11. Confisco de bens	417
14.4.12. Arrecadação	417
14.5. Uso de bens públicos por particulares	418
14.5.1. Autorização de uso	418
14.5.2. Permissão de uso	418
14.5.3. Concessão de uso	419
14.5.4. Quadro comparativo entre autorização, permissão e concessão	419
14.5.5. Concessão de direito real de uso	420
14.5.6. Concessões e autorizações especiais de uso	420
14.5.7. Locação	421
14.5.8. Cessão de uso	421
14.5.9. Arrendamento	422
14.5.10. Aforamento ou enfiteuse	422
a) Enfiteuses anteriormente constituídas	422
b) Enfiteuse em terrenos de marinha e acrescidos	423
14.5.11. Direito de superfície	424
a) Direito de superfície de imóvel urbano	424
b) Direito de superfície de imóvel rural	425
14.6. Alienação de bens públicos	425
14.6.1. Condições precedentes	425
a) Desafetação	426
b) Lei autorizadora	426
c) Interesse público	426

d) Avaliação prévia	427
e) Licitação	427
Imóveis	427
Móveis	428
14.6.2. Modalidades de alienação	428
a) Investidura	428
14.7. Espécies de bens públicos	429
14.7.1. Terras públicas	429
a) Terras devolutas	429
b) Plataforma continental	430
c) Terrenos de marinha	430
d) Terrenos acrescidos de marinha	431
e) Terras ocupadas por índios	431
f) Terras públicas e a Reforma Agrária	432
g) Terrenos marginais ou reservados	432
h) Ilhas	433
i) Logradouros e vias públicas	433
j) Álveos abandonados	434
14.7.2. Águas públicas	434
a) Águas internas	435
Política Nacional de Recursos Hídricos	435
Águas minerais	437
Rios e lagos	438
b) Águas externas	438
Mar territorial	438
Zona contígua	439
Zona econômica exclusiva	439
14.7.3. Jazidas	439
a) Jazidas em regime de monopólio	440
Petróleo	440
Minérios nucleares	441
14.7.4. Espaço aéreo	442
14.7.5. Floresta	443
14.7.6. Fauna	445
14.7.7. Meio ambiente	445
14.7.8. Patrimônio genético	446

CAPÍTULO 15 – AS RESTRIÇÕES À PROPRIEDADE E A INTERFERÊNCIA NA ORDEM ECONÔMICA	449
15.1. Plano constitucional	449
15.1.1. Função social	449
15.1.2. Riqueza tributável	449
15.1.3. Atividade econômica	450
15.1.4. Política urbana	451
15.1.5. Política rural	451
15.1.6. Restrições à nacionalidade	452
15.1.7. O devido processo legal	453
15.2. Restrições administrativas à propriedade	453
15.3. Limitação administrativa	453
15.4. Ocupação temporária	454
15.5. Requisição administrativa	455
15.6. Tombamento	455
15.6.1. Modalidades de tombamento	455
15.6.2. Desfazimento do tombamento	456
15.6.3. Efeitos do tombamento	456
a) Alienação	457
b) Deslocamento	457
c) Inalterabilidade	457
d) Restrições aos circundantes	457
e) Custeio da conservação	457
f) Fiscalização	458
g) Indenização	458
15.7. Servidão administrativa	458
15.7.1. Servidão de aqueduto	459
15.7.2. Servidão sobre terrenos marginais	459
15.7.3. Servidão nas fontes de água	459
15.7.4. Servidão de cabos e tubulações	460
15.7.5. Servidão de energia elétrica	460
15.8. Encampação	461
15.9. Confisco	461
15.10. Desapropriação	462
15.10.1. Forma originária de aquisição	462
15.10.2. Fundamentos na desapropriação	463
a) Necessidade pública	463
b) Utilidade pública	463
c) Interesse social	464

Interesse social rural 464

Interesse social urbano 465

15.10.3. Bens não-expropriáveis 467

 a) Bens públicos 467

 b) Propriedade rural 467

 c) Direitos da personalidade 467

15.10.4. Desapropriação por zona 468

15.10.5. Desapropriação indireta 468

15.10.6. Indenização 468

 a) Modalidades de pagamento 469

 b) Indenização justa 469

 c) Valor real do bem 469

 d) Benfeitorias 470

 e) Danos emergentes e lucros cessantes 470

 f) Juros compensatórios 470

 g) Juros moratórios 471

 h) Correção monetária 471

 i) Custas, despesas processuais e honorários 471

15.10.7. Competência na desapropriação 471

15.10.8. Caducidade 473

15.10.9. Retrocessão 473

15.10.10. Desistência da desapropriação 474

15.10.11. Anulação da desapropriação 474

15.10.12. Aspectos específicos 474

 a) A medida judicial 475

 b) Defesa do desapropriado 475

 c) Imissão provisória na posse 476

 d) Pagamento 476

 e) Sentença 477

15.11. A interferência do Estado na ordem econômica 477

 a) A atividade econômica 477

15.11.1. Atuação do Estado na ordem econômica 478

 a) O Estado interferindo na ordem econômica 479

 b) O Estado intervindo na ordem econômica 480

 Repressão a infrações à ordem econômica 480

 Controle de abastecimento 484

 Tabelamento de preços 485

c) O exercício efetivo de atividades econômicas, pelo Estado	485
Segurança nacional e relevante interesse coletivo	486
O monopólio estatal	486
O exercício pela empresa pública, sociedade de economia mista ou subsidiárias	487
15.11.2. A distinção entre exercício de atividade econômica e prestação de serviço público	488
CAPÍTULO 16 – PODER DE POLÍCIA	491
16.1. Conceito	491
16.2. Valores jurídicos tutelados	491
16.2.1. A liberdade	492
16.2.2. A propriedade	492
16.2.3. A liberdade e a propriedade	492
16.3. Características	493
16.3.1. Regime jurídico específico	493
16.3.2. Discrecionalidade ou vinculabilidade	494
16.3.3. Auto-executoriedade	495
16.3.4. Coercibilidade	495
16.3.5. Sancionamento	495
16.3.6. Proporcionalidade	495
16.4. Aspecto pessoal	496
16.4.1. Competência	497
a) União	497
b) Competência concorrente	498
c) Estados	498
d) Municípios	498
e) Competências conviventes	499
16.4.2. Administração Pública	499
16.4.3. As empresas privadas	500
a) Nexo relacional	501
b) Impessoalidade e igualdade na atuação	501
c) Ato sobre a propriedade e não sobre a liberdade	502
16.5. Formas de exercício do <i>poder de polícia</i>	503
16.5.1. Atos <i>genéricos</i> ou <i>normativos</i>	503
16.5.2. Atos <i>individualizados</i> ou <i>concretos</i>	503
16.6. Prescrição	503
16.7. Situações distintivas envolvendo os atos de polícia administrativa	505
16.7.1. Polícia administrativa e polícia judiciária	505
16.7.2. <i>Discrímen</i> em relação aos demais atos administrativos	506

16.7.3. Polícia administrativa <i>extraordinária</i>	506
16.8. Áreas de atuação	507
CAPÍTULO 17 – A RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO	509
17.1. Introdução	509
17.2. Aspecto pessoal	510
17.2.1. Pessoas jurídicas de Direito Público e certas pessoas jurídicas de Direito Privado	510
17.2.2. As demais pessoas jurídicas de Direito Privado	511
17.3. Princípios	511
17.4. Teoria da responsabilidade objetiva	512
17.5. Teoria da responsabilidade subjetiva	513
17.6. O agente causador do dano	514
17.7. Casuísticas	515
17.7.1. Fato da obra	515
17.7.2. Fato da multidão	516
17.8. Reparação do dano	516
17.8.1. Procedimento administrativo	516
17.8.2. Processo judicial	517
17.8.3. A ação regressiva contra o agente	518
17.9. Exclusão da responsabilidade	519
17.9.1. Ausência de nexo causal	519
17.9.2. Caso fortuito ou força maior	519
17.9.3. Culpa exclusiva do prejudicado	520
17.10. Responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais	521
17.11. Responsabilidade do Estado por atos legislativos	522
17.11.1. Leis inconstitucionais	522
17.11.2. Leis individualizadoras	522
17.11.3. Medidas Provisórias	523
CAPÍTULO 18 – O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	525
18.1. Introdução	525
18.2. Controle e seus aspectos	526
18.2.1. Aspecto material	526
18.2.2. Aspecto temporal	526
a) Controle prévio	526
b) Controle concomitante	527
c) Controle posterior	527
18.2.3. Aspecto espacial	527

a) Controle interno	527
b) Controle externo	528
18.2.4. Aspecto pessoal	528
18.3. Controle na Administração Pública	528
18.3.1. Formas de controle	529
18.3.2. Fiscalização hierárquica	530
18.3.3. Supervisão ministerial	531
18.3.4. Controle corregedor	531
18.3.5. Recursos administrativos	533
a) Impugnação	534
b) Representação	534
Abuso de autoridade	535
Tribunal de Contas	535
Licitação	536
c) Reclamação	536
Sentido amplo	536
Prestação de serviços	536
Ouvidoria e atendimento	537
d) Pedido de reconsideração	537
Servidores públicos	537
Licitação	538
Processo administrativo	538
e) Recursos hierárquicos	538
18.4. Controle no Poder Legislativo	539
18.4.1. Controle político	540
a) Comissões parlamentares	540
b) Comissão Parlamentar de Inquérito	541
c) Requisição de informação	541
d) Controle de segurança	541
e) Aprovação e nomeação	542
f) Julgamento	543
g) Sustação de atos do Poder Executivo	543
h) Fiscalização de atos da Administração Pública	543
i) Aprovações e autorizações	544
18.4.2. Controle financeiro	544
a) Objeto	544
b) Critérios	545
c) Pessoas submetidas ao controle	545
d) Espaço	545

18.5. Controle no Tribunal de Contas	546
18.5.1. Os ministros	546
18.5.2. Competência	547
18.5.3. Comissão permanente do Congresso Nacional	548
18.5.4. Tribunais de Contas nos Estados e Municípios	549
18.6. Controle no Ministério Público	549
18.7. Controle judicial	550
18.7.1. Atos de governo	551
18.7.2. Mérito administrativo	551
18.7.3. Esgotamento da esfera administrativa	552
18.7.4. Atos <i>interna corporis</i>	552
18.8. Medidas judiciais de controle da Administração Pública	553
18.8.1. <i>Habeas corpus</i>	553
a) Ato coator	554
b) Sujeito ativo	554
c) Sujeito passivo	554
d) Gratuidade	554
18.8.2. <i>Habeas data</i>	554
a) Condição precedente – pleito administrativo	555
b) Sujeitos	555
c) Petição inicial	556
d) Informações	556
e) Audiência de exibição	556
f) Recursos	556
g) Competência	556
h) Gratuidade	557
18.8.3. Mandado de segurança	557
a) Direito líquido e certo	558
b) Ato de autoridade ou de agente	559
c) Ilegalidade ou abuso de poder	560
18.8.4. Mandado de injunção	560
a) Ausência de norma regulamentadora	561
b) Inviabilidade do exercício	562
Direitos e liberdades constitucionais	562
Prerrogativas: nacionalidade, soberania e cidadania	563
18.8.5. Ação popular	563
a) Partes	564
b) Objeto da ação	564

c) Objeto lesionado	565
Patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe	565
Moralidade administrativa	565
Meio ambiente	565
Patrimônio histórico e cultural	566
d) Custas judiciais e sucumbência	566
18.8.6. Ação civil pública	566
a) Motivos da sua propositura	567
Meio ambiente	567
Consumidor	567
Ordem urbanística	567
Bens e Direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico	568
Outros interesses difusos ou coletivos	568
Infração da ordem econômica e da economia popular	568
b) Objeto	569
c) Modalidades	569
d) Partes	570
e) Sentença	570
f) Custas e sucumbência	570
18.9. Administração em juízo	571
18.9.1. Administração Pública	571
18.9.2. Foro	572
a) União	572
b) Estados e Municípios	572
18.9.3. Representação processual	572
18.9.4. Prazos	573
18.9.5. Duplo grau	574
18.9.6. Pagamentos	574
a) Casuísmo constitucional	576
18.9.7. Despesas processuais	577
18.9.8. Liminares e tutelas antecipadas	577
a) Ações cautelares e preventivas	577
b) Tutela antecipada	578
BIBLIOGRAFIA	579